

JORNALISMO E ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: elementos para a construção de uma teoria crítica do jornalismo

JOURNALISM AND POLITICAL ECONOMY OF COMMUNICATION: elements for the construction of a critical theory of journalism

Carlos FIGUEIREDO¹

Universidade Federal de Sergipe | Brasil

Resumo

Este artigo pretende apresentar uma interdisciplinaridade possível entre as Teorias do Jornalismo e a Economia Política da Comunicação. Os pesquisadores ligados à vertente chamada *newsmaking* esmiuçaram o cotidiano do trabalho dos jornalistas e apontaram porque as notícias são como são. Entretanto esses estudiosos deram pouco atenção à categoria trabalho e ao fato de os jornalistas terem seu trabalho subsumido ao capital. Nossa proposta é tomar a categoria trabalho como central, encarar o jornalista como trabalhador e, ao mesmo tempo, incorporar alguns achados teóricos dos estudos de *newsmaking* para elaborarmos o que chamamos Teoria Crítica do Jornalismo.

Palavras-chave

Teorias do Jornalismo; Trabalho; Subsunção; Teoria Crítica; Economia Política da Comunicação

Abstract

This paper intends to present a possible interdisciplinarity between Journalism Theories and Political Economy of Communications. Researchers linked to the theoretical framework called *newsmaking* have analyzed the daily work of journalists. Thus, they were able to point out the reasons why the news is as it is. However, these scholars gave little attention to the labor category and to the fact that journalists' work is subsumed to capital. Our proposal is to take the category of work as a center, to look at the journalist as a worker and, at the same time, to incorporate some theoretical findings of *newsmaking* studies intending to build what we call the Critical Theory of Journalism.

Keywords

Journalism Theories; Labor; Subsumption; Critical Theory; Political Economy of Communication.

EIXO TEMÁTICO

RECEBIDO EM 23 DE MARÇO DE 2019
ACEITO EM 9 DE ABRIL DE 2019

¹JORNALISTA. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCOM/UFS). Doutor em Sociologia (UFPE). Artigo realizado com apoio financeiro do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD/Capes). Contato: carlospfs@gmail.com

Introdução

Pesquisas realizadas sob os mais variados prismas teóricos e metodológicos vêm mostrando a vitalidade do campo acadêmico do jornalismo no Brasil. Marcadas pela interdisciplinaridade, as pesquisas realizadas nesse campo, buscam dar conta dos mais variados fenômenos relacionados às práticas jornalísticas desde o conteúdo de coberturas específicas até mudanças nas rotinas dos profissionais da área. Uma característica dos estudos de jornalismo é sua forte interdisciplinaridade que está na própria origem multidisciplinar das primeiras abordagens teóricas sobre o jornalismo como apontam Löffelholz e Rothenberger (2011). Entretanto, a Economia Política que, segundo Löffelholz e Rothenberger, teve influência nos estudos de jornalismo entre as décadas de 1940 e 1980, perdeu força no campo do jornalismo, ainda que ao mesmo tempo estivesse sendo construído o campo da Economia Política da Comunicação (EPC) no Brasil e no mundo.

Dois fatores contribuíram para esse esquecimento: o primeiro deriva das próprias pesquisas realizadas a partir do marco teórico da EPC, de base marxista, focadas na concentração da propriedade dos meios; e ao mesmo tempo, há o surgimento de trabalhos baseados em estudos etnográficos das rotinas de redação (TUCHMANN, 1978; GANS, 1980). Esses estudos que serão a base da vertente das Teorias do Jornalismo chamada *Newsmaking* deram origem a uma série de categorias como critérios de noticiabilidade, rede de faticidade, enquadramento noticioso entre outras que permitem uma análise refinada do processo de produção de notícias.

Na década de 1980, surgem alguns estudos sobre jornalismo de cunho marxista como em Glittin (1980) e Rachlin (1988) que utilizam o conceito de enquadramento noticioso aliado ao conceito de Hegemonia (GRAMSCI, 2013). No Brasil, há a publicação de duas obras dentro dessa tradição: *O Capital da Notícia* de Marcondes Filho (1989) e *O Segredo da Pirâmide de Genro* (1987). A obra de Marcondes Filho está ligada à tradição Frankfurtiana enquanto o texto de Adelmo Genro parte da teoria estética do marxista Georg Lukács para defender o potencial emancipador do conhecimento jornalístico. Todas essas obras padecem da mesma deficiência: não levam em conta a categoria trabalho, central na tradição marxista. Outros trabalhos sobre o jornalismo de orientação marxista como os de Fonseca (2008), Moretzsohn (2007), Souza (2017 e 2017a) e Braga, Aguiar e Bergamaschi (2013) foram publicados neste

século. Por questões de espaço discutiremos apenas os trabalhos das duas primeiras autoras uma vez que apresentam conceitos caros a nossa proposta.

Por outro lado, as teorias do *Newsmaking*, ao se debruçarem sobre o cotidiano laboral dos jornalistas a partir da Sociologia Fenomenológica e da Etnografia, tratam de questões como a seleção das notícias, fontes oficiais, ideologia profissional, que são parte do mundo do trabalho jornalístico. Por isso essas teorias apresentam uma capacidade analítica superior aos estudos marxistas, sobre o tema, elaborados até o momento. Contudo, ao abrirem mão da categoria trabalho, as teorias do *Newsmaking* encontram dificuldades em explicar relações de poder e valores ideológicos contidos nas notícias.

A EPC pode contribuir com as Teorias do Jornalismo ao analisar a subsunção do trabalho dos jornalistas, e encarar esses trabalhadores como responsáveis por construir mediações entre o Estado e Cidadãos e entre o Mercado e Consumidores. O trabalho jornalístico, assim como todo trabalho cultural e intelectual, possui claros limites à sua subsunção, como aponta Bolaño (2002). Essa peculiaridade do trabalho intelectual acaba dificultando seu controle, e é uma das fontes das contradições dos produtos da Indústria Cultural. Nossa proposta baseia-se na interdisciplinaridade entre as Teorias do Jornalismo e a EPC para a construção do que chamamos de Teoria Crítica do Jornalismo, o que seria benéfico para as duas vertentes teóricas, ampliando o debate entre elas.

Ao denominarmos nossa proposta de Teoria Crítica do Jornalismo, procuramos nos alinhar à proposta inicial de Horkheimer (1975) de construir uma teoria cujo objetivo é a emancipação dos sujeitos tendo como núcleo a categoria trabalho. Afastamo-nos, assim, do pessimismo posterior dos Frankfurtianos que acabaram por levar à ideia de esgotamento das energias utópicas. Entretanto, discordamos de Habermas (2012) quanto ao abandono da categoria trabalho enquanto cerne de uma teoria crítica que vise à emancipação. O trabalho continua sendo uma categoria ontológica (LUKÁCS, 2012) na constituição do ser social, e deve, na perspectiva defendida aqui, ser parte de qualquer teoria que se denomine crítica e vise à emancipação do ser humano. Dessa forma, partimos da incorporação da categoria trabalho na análise da produção da notícia, passando pela crítica ao uso de autores da sociologia fenomenológica e ao conceito de cultura profissional nas teorias do jornalismo, apresentando, assim, nossa agenda de pesquisa.

Jornalismo e Trabalho: a contribuição da EPC para uma Teoria Crítica

A Economia Política da Comunicação pode ser considerada um subcampo dentro do campo da comunicação que parte da interface entre a Economia Política e os Estudos de Comunicação. De acordo com Mosco (2009), a Economia Política pode ser definida de duas formas. A primeira seria “o estudo de relações sociais, particularmente, as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos” (MOSCO, 2009, p. 24). A segunda definição teria um escopo mais amplo e seria “o estudo do controle e sobrevivência da vida social” (MOSCO, 2009, p. 25). A EPC, portanto, estaria atenta a relações de poder envolvidas na produção e consumo de bens simbólicos. Já Peter Golding e Graham Murdock (1996, p. 11) lembram que a EPC, originada da Crítica da Economia Política feita por Marx e Engels deve ser denominada de Economia Política Crítica da Comunicação, e o que a distingue a perspectiva da economia Política Crítica daquela apresentada pela Economia Política Clássica “é precisamente seu foco na relação entre as dimensões simbólicas e econômicas das comunicações públicas”. Dessa forma, a EPC expõe como as diversas formas de financiamento e organização da produção simbólica possuem consequências no que concerne aos discursos e representações disponíveis às audiências e circulantes no espaço público (GOLDING e MURDOCK, 1996).

A ideia de EPC proposta por Bolaño (2015) parte do debate alemão acerca da derivação das formas, oriundo da década de 1970. Uma série de autores alemães se debruçaram sobre a natureza do Estado no sistema capitalista, defendendo que este assume novas formas de acordo com o advento do capitalismo, ainda que atuando dentro de uma lógica própria e se tornando lugar de disputa entre classes. Bolaño (2000), a partir desse debate, deriva as formas básicas da informação que surgem com o advento do capitalismo monopolista: propaganda e publicidade. Assim, a Indústria Cultural cumpre duas funções dentro do sistema capitalista em sua fase monopolista. A função propaganda é responsável pela mediação entre Estado e Cidadãos enquanto a função publicidade teria o objetivo de construir mediações entre o mercado e consumidores. Bolaño introduz uma terceira função, programa, pois a Indústria Cultural para cumprir suas funções primordiais precisa extrair elementos do mundo da vida para realizar uma mediação persuasiva e não autoritária com as audiências. Dentro dessa abordagem teórica, a categoria

trabalho possui importância central, pois trabalhadores como jornalistas, roteiristas, diretores, atores entre outros, teriam o papel de construir essas mediações a partir do seu trabalho.

Já as teorias focadas na produção da notícia esmiúçam o cotidiano laboral dos jornalistas e analisam as chamadas rotinas de produção dentro das redações e a cultura profissional do jornalismo para explicarem o conteúdo das notícias. Para Tuchman (1978), por exemplo, as notícias reproduziriam o status quo, mas não em razão de uma conspiração ideológica tramada pelos proprietários das empresas jornalísticas ou pelos próprios jornalistas, mas devido às rotinas de trabalho às quais os jornalistas recorrem para entregar um produto dentro do deadline. Como pontua Bolaño (2015, p. 110), “os estudos de jornalismo [...] terão certamente, no interior de coletivos interdisciplinares, a capacidade de esclarecer, pela análise fina que fazem das rotinas produtivas e das práticas profissionais, as formas concretas da subsunção do trabalho”.

Jornalismo e Trabalho

A partir das mudanças surgidas no mundo do trabalho iniciadas na década de 1970, com a passagem do regime de acumulação fordista/keynesiano para o flexível (HARVEY, 2012), uma série de mudanças transformam radicalmente o mundo do trabalho com impactos graduais no cotidiano dos jornalistas. Essas transformações começam com a introdução de terminais de computadores nas redações entre o fim da década de 1970 e no decorrer da década seguinte, passando pelo surgimento de softwares de edição de texto, diagramação e tratamento de imagens até a chegada da internet ao jornalismo na década de 1990.

Apesar dos esforços anteriores em especificar a natureza do trabalho do jornalista, como podemos observar em Fonseca (2008) e Compton e Benedetti (2010), é preciso limpar o terreno para uma melhor caracterização. Ambos os autores, influenciados pela Escola da Regulação Francesa, usam categorias como Fordismo e Pós-fordismo para caracterizar as transformações passadas pelo jornalismo na passagem do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível. Assim, acabam cometendo o equívoco apontado por Moraes Neto (1989), ao criticar autores da Escola da Regulação, de generalizarem a gestão de trabalho característica da indústria

automobilística da primeira metade do século XX para todos os setores produtivos naquele período histórico.

De acordo com Lipietz (1988, p. 30), “o regime de acumulação descreve a estabilização a longo prazo da destinação do produto entre o produto e a acumulação, o que implica uma correspondência entre a transformação das condições de reprodução do trabalho assalariado”. A existência do regime de acumulação indica a existência de uma coerência interna que obriga os agentes individuais a se enquadrarem docilmente nesse tipo de organização social. Logo, ainda lembrando Lipietz (1988, p. 30), é necessário que o regime de acumulação ganhe vida no cotidiano através de “normas, costumes, leis, mecanismos reguladores que assegurem, através da rotina do comportamento dos agentes em luta uns contra os outros [...], a unidade do processo, o respeito aproximativo do esquema de reprodução”. A conjunção de regras interiorizadas e comportamentos individuais é o que os regulacionistas chamam de modo de regulação.

Para os autores da Escola da Regulação, a crise no capitalismo concorrencial, marcado por grande concorrência entre pequenas firmas, em fins do século XIX e começo do século XX fez surgir o chamado capitalismo monopolista, em que grandes firmas dominam o mercado em uma situação cada vez mais parecida com o monopólio perfeito. A crise de 1929 fez necessária a regulação estatal para organizar a anarquia da produção diante da insuficiência do mercado para se autorregular. Entretanto, há uma confusão entre Regime de Acumulação Fordista e gestão do trabalho.

O fordismo, enquanto gestão do trabalho, é desenvolvido a partir dos pressupostos do chamado Taylorismo, desenvolvido por Frederick Taylor, de controle dos movimentos e do tempo que os trabalhadores usam para executá-los. Taylor, oriundo de família abastada, resolve trabalhar na indústria siderúrgica para aprender os processos de trabalho do setor. Taylor passa a observar o trabalho dos colegas e nota que os patrões sabem muito pouco acerca do trabalho realizado por seus funcionários. A indústria siderúrgica era composta por trabalhadores altamente qualificados e por isso capazes de controlar o ritmo do próprio trabalho e, além disso, eram detentores de altos salários. Taylor, então, tem a ideia de fracionar o trabalho executado pelos trabalhadores em movimentos específicos. Dessa forma, o capital consegue (1) diminuir a qualificação necessária dos trabalhadores uma vez que cada indivíduo seria responsável por uma parte ínfima da produção e (2) aumentar

a produtividade a partir do controle do tempo que cada trabalhador precisa para executar seus movimentos (BRAVERMAN, 1981).

Dessa forma, a gestão taylorista do trabalho permite a setores da indústria que ainda não haviam logrado a automatização no começo do século XX se aproximarem do controle do trabalho já atingido pela indústria têxtil, automatizada desde o século XIX, como apontado por Marx (2013). A divisão extrema do trabalho a partir de movimentos repetitivos foi a saída encontrada por Taylor para objetivar o caráter subjetivo do trabalho em setores da indústria que, por limitações tecnológicas da época, não haviam conseguido substituir o trabalho vivo por trabalho morto em grande escala. Ou, ainda, graças ao taylorismo, o capital consegue libertar-se da habilidade do trabalhador (MORAES NETO, 1989, p. 34). A grande dependência de trabalho vivo era justamente a situação observada na indústria automobilística. Os carros eram produzidos de forma artesanal por trabalhadores altamente qualificados capazes de controlar o ritmo do trabalho e detentores de altos salários. Ford adiciona, então, a linha de produção ao esquema taylorista com a introdução da esteira.

O Fordismo pode ser tratado como um desenvolvimento em relação ao Taylorismo “no sentido de que busca o auxílio dos elementos objetivos do processo (trabalho morto), no caso a esteira, para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo)” (MORAES NETO, 1989, p. 35). Apenas o transporte dos componentes que juntos darão forma à mercadoria é realizado por trabalho morto (elemento automático). O Fordismo foi a saída para a produção em massa de um produto (automóvel) até então altamente dependente de trabalho vivo. A saída foi parcelar o trabalho, tornando-o extremamente repetitivo, à moda taylorista e posicionar o trabalhador em um ponto fixo para economizar tempo e aumentar a produtividade. O trabalhador da indústria automobilística, antes altamente qualificado, passa a realizar trabalhos repetitivos, e é alijado de qualquer decisão sobre a produção. O poder decisório no fordismo-taylorismo está na mão da gerência.

A situação do trabalhador da indústria fordista, portanto, é muito diversa daquela vivenciada pelos jornalistas. O jornalista é um trabalhador altamente qualificado e que toma várias decisões durante a execução do seu trabalho desde as fontes que vai entrevistar até o enquadramento das matérias. As rotinas servem para facilitar o trabalho diante de diferentes acontecimentos, mas é uma realidade radicalmente diversa da produção automobilística do século XX em que todos os dias são produzidos veículos

absolutamente idênticos. Os trabalhadores da notícia, pelo contrário, a cada dia produzem um jornal diferente, trazendo notícias diversas das publicadas no dia anterior.

A gestão do trabalho jornalístico nas redações durante o regime de acumulação fordista/keynesiano é muito próximo ao que Marx (2013) chamou de manufatura heterogênea em que um grupo de artesãos qualificados produzia determinado produto, sendo que cada trabalhador era especialista em uma parte do trabalho. Havia, nesse caso, divisão do trabalho, método que já existia antes do advento do Fordismo, mas não controle do tempo dos movimentos, e muito menos a desqualificação brutal dos trabalhadores observada no Fordismo. Jornalistas são trabalhadores qualificados em determinadas áreas seja por temas como economia, política, esportes ou por tarefa como diagramação, fotografia etc. Além disso, possuem a prerrogativa de tomarem decisões durante o trabalho. Para diminuir a idiosincrasia no trabalho noticioso, vários artifícios são utilizados como a socialização na redação, hierarquia, o sentimento de dever cumprido e trabalho coletivo (BREED, 1993), a cultura profissional, manuais de redação (SOLOSKI, 1993) etc. Por isso, cremos que o correto seria nomear o jornalismo produzido durante a época em que vigorou o regime de acumulação Fordista/Keynesiano de jornalismo manufatureiro.

A partir da década de 1970, com o colapso do regime de acumulação Fordista/Keynesiano, o acordo entre classes mediado pelo Estado, que garantiu crescimento econômico constante nos países desenvolvidos, passa por um desmonte brutal. A crise do petróleo, o questionamento de minorias ao sistema, a estagflação¹, a insatisfação dos trabalhadores com trabalhos extremamente repetitivos acabou por levar a uma crise do regime de acumulação². A saída do capital para a crise foi a retirada de direitos trabalhistas, o desmonte do Estado de Bem-Estar social e a financeirização da economia. Era o começo do que Harvey (2012) chama de Regime de Acumulação Flexível que vigora até a atualidade.

Tal regime de acumulação acarreta profundas transformações no trabalho jornalístico. As primeiras mudanças acontecem com a instalação de terminais de computadores nas redações na década de 1980, e seguem com o advento de softwares de edição de texto, tratamento de imagens, e diagramação durante a década de 1990, assim como o uso de câmeras digitais para produção de vídeo e fotografias. O advento da internet e a convergência proporcionada por esse meio também causam profundos impactos nas

redações e na forma como as empresas jornalísticas são geridas. Com a pulverização da publicidade no ciberespaço, a lucratividade das empresas jornalísticas diminui drasticamente. Desde a década de 1990, postos de trabalho em grandes empresas jornalísticas desaparecem, e os jornalistas passam a ser obrigados a escreverem matérias para vários meios diferentes, aumentando suas jornadas de trabalho sem aumento salarial.

Ou seja, há um aumento na extração do que Marx (2013) chama de mais-valia relativa com consequências para a qualidade do trabalho jornalístico. Os trabalhadores da notícia passam a produzir notícias sobre o mesmo tema para meios diversos, principalmente se trabalham em conglomerados midiáticos, e a serem responsáveis por mais pautas no decorrer do dia. Somadas a estas transformações laborais há a importância que as métricas de audiência em tempo real vêm exercendo sobre os critérios de noticiabilidade. Todos esses desdobramentos desembocam em questionamentos em relação à qualidade do jornalismo praticado na contemporaneidade, que nomeamos de jornalismo flexível.

Cotidiano do Trabalho e Jornalismo

Um dos grandes trunfos das teorias centradas na análise da produção da notícia é a descrição do cotidiano laboral dos jornalistas e de como as interações dentro da redação e com fontes oriundas de outros campos sociais acabam por moldar as notícias. Autores como Tuchmann (1978) reconhecem que as notícias tendem a reproduzir o status quo e negam a existência da objetividade, mas consideram que essa tendência é fruto das rotinas de trabalho construídas com o objetivo de vencer o deadline. Dessa forma, jornalistas acabariam por naturalizar a busca de notícias em determinados locais e o uso majoritário de fontes oficiais, reproduzindo a estruturas de poder presentes na sociedade.

Gitlin (1980), por exemplo, entende que os critérios de noticiabilidade e a cultura profissional dos jornalistas estariam imersas em valores considerados hegemônicos (GRAMSCI, 2013) que moldam o conteúdo das notícias. Essa defesa de valores hegemônicos nas notícias se daria, principalmente, devido à estrutura da propriedade da mídia e à origem de classe dos altos funcionários dos conglomerados de comunicação. Entretanto, Gitlin defende que em momentos de crise pode haver espaço para pautas progressistas na agenda midiática. Mas isso dependeria de vários fatores como

a origem dos repórteres e a proximidade de fontes dos movimentos sociais a jornalistas etc. Para isso seria preciso um trabalho de comunicação dos movimentos sociais, transformando o campo jornalístico em um espaço de disputa. Outro autor que também trabalha com o conceito de hegemonia e faz uma análise dos valores que permeiam a cobertura jornalística é Hallin (1994). Para este autor, o campo jornalístico atuaria como uma espécie de guardião das fronteiras de que discursos e atores políticos devem ser levados em consideração. Assim os jornalistas atuariam como gerenciadores do consenso, determinando os limites da controvérsia legitimada e do desvio, aqueles discursos considerados inaceitáveis pelo *mainstream* e que não mereceriam se tornar públicos.

Entendemos que os aspectos contraditórios da cobertura jornalística são fruto da própria natureza do trabalho intelectual que apresenta limites à subsunção mais rígidos que os existentes em trabalhos manuais. Contudo, é preciso analisar dois fatores que contribuem para a tendência dos meios de comunicação de reproduzirem o status quo: o cotidiano laboral dos jornalistas e a cultura profissional. Defendemos a necessidade de que os jornalistas “suspendam o cotidiano” (MORETZSOHN, 2007) para repensarem sua rotina e seu papel na sociedade. Para isso, seguimos os pressupostos da teoria do cotidiano proposta por Lukács (1965, 1970) ao tratar da estética, caminho trilhado por Moretzsohn.

As teorias do *newsmaking* tem em sua base epistemológica a sociologia fenomenológica de autores como Schultz (1979) e Berger e Luckmann (1978), uma corrente sociológica comumente distinguida das demais por sua ênfase no “mundo da vida cotidiana”. A obra de Berger e Luckmann e sua ideia de construção da realidade é de particular importância para as pesquisas em jornalismo. Autores como Gaye Tuchmann (1978), por exemplo, consideram que os jornalistas aderem às suas rotinas de trabalho, tipificando os acontecimentos para que estes se enquadrem em determinadas práticas e possam ser transformados em notícias de forma ágil. Os jornalistas utilizariam esses esquemas de classificação informais para lidarem com fontes, critérios de noticiabilidade etc. A partir dessas rotinas, muitas vezes objeto de pouca reflexão entre os jornalistas, as notícias ganhariam forma e a parte realidade dos leitores seria construída. Entretanto, a falta de reflexão sobre o próprio trabalho é uma contradição, presente no cotidiano jornalístico, “entre o trabalho de esclarecimento que exige uma desnaturalização dos fatos e a

tendência à naturalização, que as rotinas de produção desse sistema favorecem e ajudam a legitimar” (MORETZSOHN, 2007, p. 30).

As determinações fundamentais da cotidianidade são a heterogeneidade, pois diversos fenômenos de natureza diferente compõe o cotidiano; a imediatividade, já que esse é um lugar do pragmatismo e da ação; e a superficialidade extensiva, uma vez que mobiliza todas as forças e atenção do indivíduo (NETTO, 1987). O cotidiano, de acordo com Lukács (1965), é mediado por três objetivações: a ciência, a arte e a religião. O indivíduo, envolto nos aspectos práticos da vida, ao pegar um táxi, assistir televisão, por exemplo, objetiva toda a ciência inserida nesses atos sem refletir sobre sua produção. A vida cotidiana, segundo Heller (1972), “solicita todas as nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade em especial”, o que impediria a suspensão da cotidianidade.

Entretanto há uma diferença entre a homogeneização própria das atividades que exigem uma fuga do cotidiano reificado, ou quando “a concentração em uma única tarefa concilia-se perfeitamente com a cotidianidade, fazendo parte orgânica da mesma” (HELLER, 1972, p. 27), e aquela verificada em atividades repetitivas. Dessa forma, Lukács (1970) apresenta três possibilidades de suspensão da cotidianidade: o trabalho criador, a ciência e a arte. Nessas tarefas, o indivíduo coloca todo seu ser em uma realização, segundo Lukács, ele passa a ser um homem inteiro, pois há aqui a “suspensão da cotidianidade”. O trabalho jornalístico, como frisamos, é um trabalho diverso daqueles característicos da gestão fordista, é um trabalho criador, ainda que existam mecanismos parciais de controle do jornalista. Dessa forma, o jornalismo carrega contradições que permitem aos jornalistas “suspender a cotidianidade” das rotinas jornalísticas e construir um jornalismo emancipado e emancipador.

Trabalhador ou Profissional?

Além das rotinas de trabalho, há outro elemento presente no cotidiano dos jornalistas sobre o qual os trabalhadores da notícia precisam refletir: a cultura profissional. O próprio estatuto de “profissional” dos jornalistas é objeto de intensa discussão. Mesmo o termo “profissão” não tem uma conceituação clara entre sociólogos. De acordo com Dubar (1997), a dicotomia entre o significado sociológico (que não é homogêneo) e o fenomenológico do termo é expresso nas diferentes concepções das correntes funcionalista e

interacionista simbólica. A corrente funcionalista é representada pelo trabalho de Parsons (1972) para quem uma ocupação deve preencher três requisitos para ser considerada uma profissão: (1) a obrigatoriedade de treinamento formal e técnico acompanhado de alguma forma institucionalizada de certificar a adequação do treinamento e a aptidão dos profissionais treinados, essas habilidades devem fazer parte de uma tradição cultural que dê proeminência a um componente cultural que prime pela racionalidade cognitiva aplicada a um determinado campo de atuação; (2) devem ser desenvolvidas habilidades baseadas na tradição cultural dos campos de atuação profissional e (3) uma profissão deve ter alguns meios institucionais de fazer com que as competências desenvolvidas durante o treinamento tenham um fim social, voltado para o bem público.

A concepção interacionista simbólica, por outro lado, apresenta uma conceituação mais fluída do que é uma profissão. Greenwood (1957) coloca as ocupações em um contínuo em que as profissões são colocadas em um extremo enquanto no outro estão aqueles trabalhos que exigem menor qualificação. O autor estabelece cinco critérios para classificar uma ocupação como profissão: (1) teoria sistemática, (2) autoridade, (3) sanção da comunidade profissional, (4) códigos éticos e (5) uma cultura. Os jornalistas possuem pouco poder de sanção sobre o campo, mas preenchem esse critério, ainda que parcialmente. A sanção da comunidade é expressa principalmente, segundo Greenwood, no poder de controlar os centros de treinamento profissional e, portanto, o acesso à profissão através da educação formal. Embora, em muitos países, os jornalistas não precisem de formação universitária para atuarem, algumas prerrogativas legais são garantidas aos jornalistas como o sigilo da fonte, e essa é uma forma de reconhecimento.

Já Waisbord (2013, p. 130) defende que os jornalistas constituem uma comunidade epistemológica “que produz um conhecimento que resulta da organização, processamento e manufatura de informação”. Considera ainda, que os jornalistas produzem uma forma de conhecimento que “infunde a percepção e seleção de um fluxo sem fim de eventos e informação. Articula definições convencionais de noticiabilidade que define o produto distintivo e especializado do jornalismo: notícias”. O monopólio de definir quais fatos devem ser transformados em notícias e como redigi-las e apurá-las apropriadamente é que definem o caráter profissional do jornalismo. A teorização de Waisbord é problemática por não tratar das contradições existentes na cultura profissional jornalística.

O jornalismo, ao mesmo tempo que se constitui em controle e adequação do jornalista a determinados padrões, critérios e valores presentes nas notícias (SOLOSKI, 1993), é também um modo de os jornalistas se defenderem de pressões externas à redação, vinda de grupos políticos e econômicos, que desafiam os padrões deontológicos da comunidade profissional. Waisbord dá ênfase exagerada ao elemento de resistência às pressões externas presentes na cultura profissional. A relação entre democracia e cultura profissional do jornalismo também é um ponto que merece atenção especial. Há uma narrativa extremamente essencialista que pode ser encontrada nos estudos norte-americanos de jornalismo, e importada para o Brasil, que legitima, com todos os méritos, o papel do jornalista, mas que também é utilizada como justificativa para a conduta de grandes conglomerados de mídia.

Como lembram Figueiredo e Bolaño (2018, p. 6), “a expertise dos jornalistas em redigir, apurar, e publicar notícias é utilizada em um ramo econômico que tende ao monopólio, pois produzir notícias em larga escala é uma atividade cara”. A idealização do papel do jornalismo nas democracias ajudou a aumentar o prestígio profissional dos jornalistas, mas grande parte desse prestígio foi capitalizado por grandes conglomerados de comunicação para se defenderem em episódios em que sua atuação jornalística fora questionável. O jornalista pode usar o prestígio profissional do grupo para realizar um jornalismo emancipado e emancipador, mas para isto, por paradoxal que seja, precisa se enxergar também como trabalhador. As novas tecnologias utilizadas pelos grandes conglomerados para precarizar e cortar postos de trabalho podem ser apropriadas pelos jornalistas para produzir um novo tipo de jornalismo alinhado com ideais emancipatórios. Aqui, chamamos atenção para o aspecto contraditório das tecnologias, que se por um lado são utilizadas para tornar o trabalho vivo cada vez mais supérfluo, podem ser apropriadas para derrubar as altas barreiras de entrada presentes na indústria das notícias, permitindo que os jornalistas possam repensar suas rotinas, suspendendo assim a cotidianidade.

(Em) Conclusão

Apresentamos, ao longo do texto, uma proposta de interdisciplinaridade possível entre a EPC, em sua versão brasileira, e as teorias do jornalismo chamadas de teorias do *newsmaking*. O artigo busca estabelecer uma agenda

de pesquisa para a construção de uma teoria crítica do jornalismo que, em um momento de crise da profissão, possa abrir um diálogo entre o campo crítico da comunicação e o campo acadêmico do jornalismo. Nossa teoria se baseia na ideia de que o trabalho do jornalista é o cerne da indústria das notícias, e, portanto, é nos jornalistas que reside a possibilidade de superação da crise do modelo de negócio e de legitimidade que o campo jornalístico atravessa. Não será o Estado ou, ainda, os grandes conglomerados que resolverão os impasses pelos quais o jornalismo atravessa, mas os próprios jornalistas que, se organizando, serão capazes de resgatar o potencial emancipatório do jornalismo.

Para esta tarefa, os jornalistas precisam enxergar-se como trabalhadores ao mesmo tempo que precisam manter o compromisso ético com uma informação de qualidade e que mantenha o compromisso iluminista com a emancipação do gênero humano. A elevação da qualidade do jornalismo praticado na contemporaneidade reside na possibilidade de os jornalistas disporem da oportunidade de suspenderem a cotidianidade e repensarem suas rotinas. É uma questão, antes de tudo, laboral, que exige que os jornalistas se organizem como trabalhadores. Por outro lado, uma organização dos jornalistas em torno de seus interesses poderia levar à construção de novos arranjos capazes de propor um jornalismo diverso daquele produzido nos grandes conglomerados midiáticos.

Referências

- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A Construção Social da Realidade:** Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo.** São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.
- BOLAÑO, César. **Campo Aberto:** Para a Crítica da Epistemologia da Comunicação. Aracaju: Edise, 2015.
- BOLAÑO, César. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A Reconfiguração do Fator Subjetivo na Atual Reestruturação Produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.** n. 11, p. 53-78, dez. 2002.
- BRAGA, Adriana; AGUIAR, Leonel; BERGAMASCHI, Mara. O Chão de Fábrica da Notícia: Contribuições para uma Economia Política da Práxis Jornalística. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,** v. 37, n. 1, p. 111-131, 2014.

- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BREED, Warren. Controlo Social na Redacção. Uma Análise Funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Veja, 1993. p. 152-166.
- COMPTON, James R.; BENEDETTI, Paul. Labour, New Media and the Institutional Restructuring of Journalism. **Journalism Studies**, v. 11, n. 4, p. 487-499, 2010.
- DUBAR, Claude. **A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.
- FIGUEIREDO, Carlos; BOLAÑO, César. Do Profissional ao Trabalhador: A Identidade do Jornalista nas Teorias Brasileiras. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16, São Paulo, 2018. **Anais...** São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1511/931>>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias: Capitalismo e Novas Tecnologias no Jornalismo Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- GANS, Hebert J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Times**. New York: Vintage Books Edition, 1980.
- GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left**. Berkeley: University of California Press, 2003.
- GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham. Culture, Political Economy and Communications. In: CURRAN, James. **Mass Media and Society**. London: Arnold, 2000. p. 12-30.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. V. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- GREENWOOD, Ernest. Attributes of a Profession. **Social Work**, v. 2, p. 45-55, jul. 1957.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: As Forças Produtivas em Discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo. V. 2.** Sobre a Crítica da Razão Funcionalista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- HALLIN, Daniel. **We Keep America in the Top of the World: Television Journalism and the Public Sphere.** London: Routledge, 1994.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Editora Paz e Terra, 1972
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter; ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max; HABERMAS, Jürgen. **Textos Escolhidos.** (Coleção os Pensadores). São Paulo: Editora Abril, 1975. p. 125-162.
- LÖFFELHOLZ, Martin; ROTHENBERGER, Liane. Continuum Eclético, Disciplina Distinta ou Subdomínio dos Estudos De Comunicação? Considerações Teóricas e Conclusões Empíricas a Respeito da Disciplinaridade, Multidisciplinaridade e Transdisciplinaridade dos Estudos de Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 7, n. 1, p. 7-31, jun. 2011.
- LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. **Estética I.** Grijalbo: Barcelona, 1965.
- LUKÁCS, György. **Introdução a uma Estética Marxista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza.** Editora Atica, 1989.
- MARX, Karl. **O Capital. Livro 1.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos: Jornalismo e Cotidiano: do Senso Comum ao Senso Crítico.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication.** 2ed. London: Sage, 2009.
- NETTO, João Paulo. Para a Crítica da Vida Cotidiana. In: NETTO, João Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica.** São Paulo: Cortez, 1987. p. 64-93.
- PARSONS, Talcott. Professions. In: SHILLS, David (ed). **International Encyclopedia of the Social Sciences.** New York: MacMillan, 1972. v.11/12. p. 536-547.
- RACHLIN, Allan. **News as Hegemonic Reality: American Culture and the Framing of News Accounts.** New York: Praeger, 1988.
- SCHULTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOLOSKI, Jonh. O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Veja, 1993. p. 91-100.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Ontologia do Jornalismo: Trabalho do Conhecimento e Práxis Noticiosa em Tempos de Crise. **E-Compós**. v. 20, n. 3. set./dez. 2017.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. O Trabalho do Jornalista e suas Contradições: uma Ontologia da Crise. **Matrizes**, v. 11, n. 3, p. 129-149, 2017a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias São Como São**. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York/ London: The Free Press, 1978.

WAISBORD, Silvio. **Reinventing Professionalism: Journalism and News in a Global Perspective**. Cambridge: Polity, 2013.

